

O Homem Primitivo e a Natureza*

O MITO DO DESENVOLVIMENTO E SUA FALÊNCIA

Houve um tempo em que esteve de moda, como uma evidência inseparável da idéia do progresso, um dogmático evolucionismo. “Como as espécies tinham evoluído, desde as mais imperfeita até as mais perfeitas, assim também as sociedades humanas seguiam um curso de evolução que as levava das obscuras origens na floresta até ao grande mar da civilização industrial contemporânea”.

Esse dogma está implícito na volumosa literatura sobre o desenvolvimento que inundou o mundo desde os anos 50 até o começo de nossa década. A modernização — quer dizer, ser como os países mais industrializados, — era tida como o ideal absoluto; guia das políticas, plataforma dos partidos, tema dos sermões e até de uma Encíclica papal (*Populorum Progressio*).

Só aos poucos é que o espírito crítico se deu conta dos equívocos e distorções que encerrava essa visão, e tratou de comparar os resultados, obtidos ou preconizados, com o custo do modelo proposto: era um objetivo técnico, compatível com opções alheias a qualquer ética política ou social. Podia servir de bandeira a regimes insensíveis

aos Direitos humanos e às liberdades mais fundamentais; dava lugar a políticas indiferentes ou contrárias às aspirações de povos e de culturas que pretendiam conservar sua identidade e razões de viver, para não serem varridos da face da terra pelos tufões (igualmente impetuosos) do planejamento burocrático ou da expansão agressiva das grandes empresas. Em última análise, era um meio erigido em fim, um instrumento promovido a objetivo; um pouco como o sargento-cozinheiro Idi Amim se autopromoveu a Marechal com os resultados trágicos e grotescos bem conhecidos. Depois do despertar do espírito crítico, as ingênuas vozes eclesiásticas que, desde Mons. Larrain, proclamaram 'o desenvolvimento, novo nome da paz', foram se calando ou buscando outras causas para advogar; preferindo ser a 'voz daqueles que não tinham voz' no espaço desenvolvimentista.

Podemos dizer que o desenvolvimentismo foi a grande decepção do após-guerra. Como é que surgiu, se o evolucionismo já estava superado nas ciências do homem? Surgiu, como todas as ideologias, de um solo social; tinha profundas raízes nos interesses das classes hegemônicas; e, sobretudo, por irradiar dos grandes centros, era absorvido com avidez pela periferia. Como em toda ideologia que se preza, os interesses se encontravam nela disfarçados, formulados como leis científicas e princípios humanitários; e tinham para promovê-los forças estrategicamente colocadas no espaço social, dotadas de *status*, poder e prestígio para tanto.

Apesar de tudo, a falência dessa ilusão desenvolvimentista deixou um saldo positivo. Foi preciso passar por lá, explorar todas as suas conseqüências até à exaustão para poder superá-la efetivamente, amadurecer sua crítica, desvendar o que estava por trás de sua máscara: as forças estruturantes dessas ambiciosas políticas e teorias eruditas. Felizmente, a História continua a Mestre da vida que Cícero reconheceu: trinta anos de políticas desenvolvimentista e, no fim, os países subdesenvolvidos cada vez mais atrasados em relação aos países centrais que os dominam; sociedades nacionais submetidas a uma distorção crescente, internamente cindidas em marginalizados e privilegiados. Para coroar tudo, o Irã dando em nossos dias uma espetacular demonstração, com o regime 'forte' do Xá explodindo numa revolução popular como não se via tão clássica desde a Revolução Francesa...

Dissipada a ilusão desenvolvimentista, ressalta hoje como evidência que a Justiça e a Paz devem ser buscadas por si mesmas, em si mesmas, como objetivo prioritário; que não são subproduto nem fruto automático de nenhuma política desenvolvimentista.

* Conferência pronunciada na Semana Ecológica da Universidade Católica de Pernambuco (Abril 1979).

Ao contrário, se não forem a alma, o objetivo e a inspiração de qualquer política econômica e social, o crescimento da economia, a ordenação da política e da sociedade se farão às custas dos homens e não em seu benefício. Assim, há muito que a Igreja na América Latina abandonou a bandeira do desenvolvimentismo, e criou suas Comissões de Justiça e Paz: surgiram Documentos das Conferências Episcopais condenando as torturas, a repressão, a falta de participação política, o arrocho salarial, a Doutrina da Segurança Nacional. E seus teólogos elaboram, para grande escândalo dos espíritos conservadores e dos interesses hegemônicos, a Teologia da Libertação. De fato, hoje parece um lugar comum dizer que o importante não é o crescimento do produto territorial bruto a taxas superiores a 10% sob a égide e para a felicidade das multinacionais; mas que o ser humano em nosso Continente tenha condições humanas de vida, e venha a libertar-se de tantas opressões e repressões que impedem sua realização.

Outra descoberta a que deu lugar o desmascaramento da ilusão desenvolvimentista: a qualidade de vida não é nenhum subproduto ou consequência natural da modernização e industrialização. Ao contrário: seu subproduto normal seria antes — como tem sido nos países periféricos até hoje — a poluição, a destruição do meio ambiente, a depredação dos recursos naturais, a danificação irreversível da Natureza. Um perigo, nunca antes concretizado, hoje ameaça a sobrevivência da espécie, envenenando a atmosfera, os oceanos, o planeta inteiro.

Assim, a correlação parece inversa: quanto menos modernização, melhor qualidade de vida. E surgiu em nossos dias a 'consciência ecológica', dialeticamente, da própria superação do desenvolvimentismo destruidor da Natureza. Uma 'Campanha da Fraternidade' como a da CNBB neste ano, tendo por tema a Ecologia, nem poderia ser pensada uma década antes. E o tema que aborda este trabalho, também surge no espaço aberto pela crise do modelo desenvolvimentista, e pela crítica de seus pressupostos. Renasce o interesse por culturas diversas de nossa, porque a gente se pergunta: que há com a civilização ocidental que não consegue fazer seres humanos viáveis; tarefa em que quase todas as culturas conhecidas tiveram êxito? (Darci Ribeiro).

RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA E ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE

Com efeito, deve haver qualquer coisa de errado na base mesma de nossas sociedades; de outra forma não se explicaria esse 'mal-estar' tantas vezes apontado. 'Que sociedade é esta', que tem parte de sua população presa nas cadeias, nos hospícios; outra

parte armada para reprimir os seus membros; a violência interna explodindo por todos os poros da estrutura social; divisão em classes, sendo uns poucos donos de tudo, e maioria só tendo seu trabalho para vender; uma burocracia querendo controlar os mínimos detalhes da vida dos cidadãos; o Estado cada vez mais incontrolável e poderoso como uma força da Natureza; a própria cultura massificada pelas 'Políticas Culturais' ou prostituída pela 'Indústria Cultural do Lazer'? Ora, em tamanha crise de Sociedade e de Civilização, é natural que o homem se volte a procurar outros modelos. Antes, eram modelos utópicos: o pensador tirava de sua imaginação uma sociedade de seus sonhos, dotando-a de uma ordem que julgava conforme à Razão e à Natureza. Agora estamos em melhor posição. A Antropologia, ciência apenas secular, nos oferece uma visão bastante satisfatória de uma ampla diversidade de culturas e sociedades humanas.

E assim, o nosso olhar se volta com curiosidade e nostalgia para as chamadas sociedades primitivas. Que, afinal, não são tão primitivas assim, nem mesmo primitivas realmente: têm a mesma idade das nossas, e tão longa é sua história. Apenas não conhecem nosso progresso tecnológico. Seria melhor chamá-las, com Sahlins, 'Sociedades Tribais'.¹

Que caracteriza essas sociedades? Talvez sua característica mais decisiva consista em ser uma *sociedade não dividida em classes*. E, portanto, uma sociedade em que não há pobres, porque não há ricos, que sejam donos da terra, dos meios de produção, e para quem os outros, despojados deles, tenham que trabalhar. Ali, cada um tem acesso direto à terra e aos recursos naturais; dispõe dos instrumentos de produção. As famílias produzem para satisfazer suas necessidades e não para enriquecer um patrão que lhes desse o indispensável para subsistirem produzindo mercadorias para ele. Não se produzem 'mercadorias' mas bens para o consumo — além de um excedente a ser trocado por alimentos ou instrumentos que não se produzem localmente. E como não há classes sociais, nem exploração do homem pelo homem, também não há Estado: não se faz mister uma força que se erga sobre a sociedade civil para manter a unidade de uma formação social dividida e desigual; disciplinar a camada majoritária para que produza pacificamente para seus Senhores, não é preciso: a própria sociedade civil tem seus mecanismos familiares, rituais e ideológicos de coesão. Seus líderes, embora sem o monopólio da coerção de que desfruta o Estado, como coordenadores obtêm o acordo necessário para que

1. Ver seu livro "Sociedades Tribais", tradução editada pela ZAHAR, Rio, 1974, 2.^a ed. A exposição que segue é inspirada, em grande parte nesse livro; e também em E. Service, "Caçadores" e E. Wolf, "Sociedades Camponesas" da mesma coleção da Universidade de Michigan.

a vida em comum funcione a contento. Na sociedade tribal, o homem é realmente livre, pois as teias que formam as relações com seus semelhantes só contêm laços de solidariedade e reciprocidade; eminentemente humanos.

Essa harmonia nas relações sociais tem suas raízes na relação com a natureza. A relação propriamente humana que o homem estabelece com a Natureza é o Trabalho. Pelo trabalho o homem é criador: não somente dá à Natureza uma forma humana, humanizando-a, pelo fato de produzir um objeto em que a matéria e a energia que a Natureza oferece se encontram investidos de um significado humano; mas também o homem, pelo trabalho, se realiza como homem. A própria hominização foi ao mesmo tempo uma *ergogênese* e uma *antropogênese*; uma dialética de *homo faber/homo sapiens*; um 'diálogo entre as mãos e a razão'.

A história na qual o homem se humaniza e atinge sua plena, estatura humana, e também um processo em que o trabalho vai criando civilizações, culturas, sociedades. E nela o homem se reconhece e é reconhecido: através do trabalho, os homens estabelecem e entretencem suas relações sociais e interpessoais.

Porém este trabalho criador e humanizante é o *trabalho não alienado*. É o trabalho que se encontra nas sociedades não divididas em classe; nas sociedades tribais, nos chamados povos primitivos.

O trabalhador não é alienado dos seus meios de produção — que lhe são diretamente acessíveis, e não pertencem a nenhum Senhor.

Nem é alienado no ato de seu trabalho: é uma atividade sua, que não aluga a ninguém, nem depende de ninguém. Não lhe é imposta como uma carga; mas feita quando decide, do modo que deseja, e com a alegria de uma atividade esportiva, como a caçada, a pescaria, a jardinagem, o artesanato.

Não é privado do fruto de seu trabalho: dele dispõe livremente, para satisfação de suas necessidades ou transações sociais (prestações de parentesco ou aliança, presentes, munificência de festejos); não é espoliado por um patrão, nem vai incorporar-se a um Capital, que explora o trabalho.

O trabalho não é esfalfante, brutificante como entre nós. Não há nenhuma compulsão para trabalhar no limite de suas forças, para o proprietário acumular riqueza ou assegurar o retorno do capital investido. Em geral, o trabalho não dura em média mais de 4 horas. O resto é para a convivialidade — o diálogo, as festas, as visitas, os cantos, o descanso no seio da família.

O homem não é reduzido à condição de trabalhador: seu trabalho faz parte de um complexo de relações mais vastas — é sua função de pai de família, esposo, irmão ou filho que tem inseparável uma certa atividade que chamamos econômica; mas que não esgota nem determina seu ser social, seu status, sua definição.

Nem é um trabalho que divida o ser social contra si mesmo, em dois homens opostos, e igualmente alienados; um, por encontrar-se despojado de seu trabalho e de seu produto; outro por estar alheio à atividade transformadora da Natureza e criadora do homem e unicamente ocupado em despojar o seu semelhante e em consumir — que é uma forma de destruir. Ao contrário, nesses povos primitivos, o trabalho entrelaça os homens em relações de reciprocidade; acentua os laços sociais de parentesco, aliança e amizade; e as instâncias rituais, políticas, cerimoniais de toda espécie. Prolonga-se na Festa.

Enfim, o "homem é o que ele faz, e faz o que ele é. Não se separa de sua existência pelo trabalho — continua nele parente responsável de suas obrigações, cidadão de sua comunidade, um ser inteligente e capaz de arte e de alegria. O trabalho não está divorciado da vida —, não existe um 'lugar de trabalho', nem hora ou ocupação em que o indivíduo passe a maior parte do seu tempo não sendo ele mesmo. Trabalho e vida não estão relacionados como meio e fim, como um mal necessário para obter um bem, ou um 'poder de compra'. A revolução industrial separou o *trabalho da vida*: esta é uma coisa que tem hora, se é que depois da fadiga diária ainda se tem energia para tanto. Porém, na condição tribal, o trabalho ainda não está alienado do homem, ou das coisas com que trabalha: pelo contrário, é *uma ponte entre os dois*. A prova suprema da não-alienação do trabalho é a *união mística* entre o homem e os objetos de seu trabalho. A terra representa simbolicamente os produtores; e os produtos de seu trabalho representam-nos animisticamente. O trabalhador é o agenciador do intercâmbio simbólico entre as coisas. Possivelmente, essa instituição esteve na origem de religiões primitivas" (Sahlins, 126/127).

A alienação econômica, ao produzir esses homens, em versões opostas mas igualmente alienados: o trabalhador despojado do produto de seu trabalho, e sim, desvinculado da Natureza; e o proprietário, indiferente ao trabalho e ao produto como tal e só preocupado com a mercadoria que possa lhe acrescer lucro e capital, abriu caminho para uma destruição da relação humana entre o homem e a Natureza; ou seja, para destruição da Natureza, e mesmo para a destruição do homem, ao estabelecer-se numa relação desumana com a Natureza. Já que era uma relação humana e humanizadora que o constituía enquanto homem.

"Não é o pensamento que determina o ser social do homem, mas seu ser social que determina o seu pensamento." Essa alienação econômica, distorcendo as relações estruturantes do homem — como seu semelhante, através da Natureza —, teve sua consciência ou ideologia um reflexo desastroso: uma total inconsciência ecológica, um desrespeito do homem para com a Natureza, o que por sua vez, dialeticamente, ainda veio reforçar e deteriorar o desrespeito do homem pelo outro homem.

Como diz Lévi-Straus (*Antropologia Estrutural*: II, 49), no Ocidente "se começou por separar o homem da Natureza, como se ele constituísse um reino soberano. O mito da dignidade exclusiva do homem, infligiu à Natureza uma primeira mutilação, à qual deveriam se seguir outras. O homem se tornou cego ao seu caráter mais irrecusável: que é ser, antes de tudo, um ser vivo; propriedade que tem em comum com tantos outros seres da Natureza.

Esta 'cegueira' e presunção foi o ponto de partida para todos os abusos, que chegaram ao cúmulo nos últimos séculos: o homem ocidental, para entender-se a si mesmo, separou radicalmente a humanidade da animalidade. E concedendo à humanidade tudo o que recusava à animalidade, abriu um ciclo maldito; pois esta fronteira entre a animalidade e a humanidade foi constantemente recuada, discriminando uns homens em relação aos outros. O privilégio do humanismo foi reivindicado em proveito de minorias cada vez mais restritas. Era um humanismo corrompido de nascença, por ter buscado no egoísmo seu conceito".

Este mal relacionamento do homem de nossa civilização com a Natureza tem profundas raízes históricas: como uma rutura ou falha que foi se ampliando, e hoje constitui um abismo, que ameaça 'devorar' muitos valores sobre os quais se tinha firmado a própria condição humana. E aqui, levanto uma questão: Por acaso, a tão falada 'secularização', a busca de um 'cristianismo não-religioso', a denúncia científica do universo religioso, ou do 'esquema cósmico' do pensamento religioso do homem antigo, não teria em sua base — não um sentido mais exigente e apaixonado do Deus vivo e verdadeiro — mas sim um espírito tão empedernido no seu individualismo subjetivista, que depois de ter apostado da Natureza e da Vida, se apressa agora em apostatar também de Deus? Pode-se crer nesse amor exclusivo do homem, a ponto de reduzir toda a religião a este nível de relações interpessoais, quando se é indiferente à Natureza, e se despreza os animais? São Francisco de Assis era todo amor para com seus semelhantes, mas também porque era amigo dos animais todos, irmão da Natureza, fazendo Cânticos ao Sol, à água etc. O antigo ritual católico era cheio de ternura e veneração pela água, o sol, o mel das abe-

lhas, os santos óleos. Modernas reformas têm expurgado e censurado a maioria dessas convivências. Como primitivas? Superciosas? Pagãs? Ou simplesmente humanas?

A NATUREZA PARA O HOMEM PRIMITIVO

É verdade: o pensamento primitivo é essencialmente religioso, sacral, cheio de veneração, respeito, ternura, para com a Natureza.

Para o primitivo, a Natureza é profundamente humanizada. Corresponde a sua práxis, a seu trabalho não alienado: ser criador com a Natureza, produzir dela e por ela todos os bens mais caros, que melhor espelham o homem, onde ele coloca sua presença, sua marca no universo objetivo — físico e social.

É comum encontrar nos Mitos a crença de que animais foram antes seres humanos; ou que na era mítica, homens e animais eram a mesma coisa: se reproduziam, formavam uma só família. Homens também foram os acidentes geográficos mais importantes; e os astros que marcam os dias e as estações. Mesmo depois que um evento mítico os separou, continua haver um laço de parentesco e aliança; ou pelo menos de apadrinhamento. O totemismo deve ter se originado assim. A hominização, conceituada nos mitos como a inauguração da cultura, em geral pela invenção do fogo de cozinha, separou a família humana das famílias animais; mas seguem, de certa maneira, pertencendo à mesma linhagem, de descendentes da terra, ou do Deus.

A Natureza é sagrada, pois é o lugar da 'epifania' de Deus: estas grandes forças, que fazem do homem um brinquedo, têm uma marca divina, a presença do Poderoso e guardam o reflexo da Majestade e da glória do Senhor do mundo. A vida do homem primitivo estava, muito mais que a nossa, determinada e escandida pelos ritmos da Natureza. São eles que fixam as festividades principais, e até mesmo o modo de vida, em função da atividade econômica de cada estação: as grandes caçadas dos acampamentos de verão; o inverno na aldeia, cuidando de fainas agrícolas e artesanais. Os tempos de abundância, com cardumes de peixes e manadas de porcos selvagens; os tempos austeros, da colheita de mel, de raízes, e de frutos escassos. Presidindo tudo, a marcha das constelações: as Plêiades anunciando a volta das chuvas, a Cabeleira de Berenice prometendo a chegada da piracema com peixes à vontade. Jejuns e escarificações entre os antigos chineses, mas também entre os Sherenté, no Brasil Central, para que a estação das secas não vá reduzir a terra a um deserto calcinado, mas volte o bom tempo de chuvas e abundância. Ritos e cerimônias em climas glaciais, para que chegue logo o solstício do inverno, antes que a terra fique de todo enregelada. Ainda hoje, em nosso ano litúrgico,

persistem estas referências sazonais: que é a Páscoa, senão o equinócio da primavera, festejado ao surgir a primeira lua cheia da estação, como símbolo e garantia da libertação dos beduínos do deserto? Que é o Natal, senão a festa do Sol redivivo, data pagã dos adoradores do Sol: quando o astro-Rei, no solstício do inverno, vence o avanço das noites sempre mais longas, e regressa ampliando cada vez mais a duração dos dias? Os primeiros cristãos fixaram nesta data a celebração do nascimento do verdadeiro sol de Justiça, Cristo, que se proclamou a Luz do Mundo.

A adaptação dos povos primitivos à Natureza, e sua capacidade de tirar dela o seu sustento, explorar suas possibilidades causam assombro: como os esquimós puderam desenvolver um estilo de vida satisfatório no meio da neve e das geleiras; e os beduínos do deserto sobreviver e ter êxito em regiões tórridas onde o homem ocidental morreria de fome e sede em pouco tempo? E nossos índios, como foram capazes de tão bem explorar a floresta tropical, realizando — como escreve Lévi-Strauss (Antr. II, 343 — uma das mais surpreendentes demonstrações de história cumulativa acontecidas? Explorando inteiramente os recursos naturais de um meio natural novo; domesticando aí, ao lado de algumas espécies animais, as mais variadas espécies vegetais para sua alimentação, seus remédios e seus venenos; e — fato inédito em outras regiões — promovendo substâncias venenosas como a mandioca à condição de alimento de base, e outras à de estimulante ou de anestésico; colecionando certos venenos ou estupefacientes em função de espécies animais sobre as quais cada um deles exerce uma ação eletiva; finalmente, levando certas indústrias como a tecelagem, a cerâmica e o trabalho de metais preciosos ao mais alto grau de perfeição. Para apreciar esta imensa obra, basta medir a contribuição das Américas à Civilização do Velho mundo: a batata, a borracha, o tabaco e a coca (base da anestesia moderna), por motivos diversos constituem quatro pilares da cultura ocidental; o milho e o amendoim, que deveriam revolucionar a economia africana, antes de se generalizar no regime alimentar da Europa; depois, o cacau, a baunilha, o tomate, a pimenta, e diversas espécies de algodão, de feijão e cucurbitáceas, o abacaxi.

Eis até onde leva a fidelidade à Natureza, feita de adaptação, de trabalho e de invenções acumulativas. Nós nem imaginamos quanto devemos ao homem primitivo, nem talvez suspeitássemos que o fim das Américas tenha sido um inventor de primeira ordem: acostumados a ver nele um bárbaro que se precisava 'amansar' e ensinar a viver como gente verdadeira. Pois este selvagem é que devia ser nosso Mestre, em matéria de 'consciência ecológica' e na sua atitude de amor e reverência para a Natureza. Para o homem primitivo, a Natureza se apresenta antes de tudo como uma Mãe, alimentadora generosa que nunca se cansa. Já os Tupinambás

diziam aos franceses que eram loucos ao se esforçarem tanto para deixar fortunas para seus filhos; pois seus filhos, quando fosse tempo, também saberiam trabalhar, e a terra estava aí, não ia perder a sua força, e saberia alimentá-los como alimentara seus pais.

Esta função alimentar da natureza é especialmente humanizada nos mitos e reverenciada nos ritos. É comum, nos índios do Brasil Central — peresí, iranxe etc., um mito que narra a origem das plantas cultivadas através do sacrifício de um menino extraordinário que pediu a seus pais para ser enterrado: de seus braços, nasceu a macacheira; da perna, a mandioca; da cabeça, a cabaça etc.: cada parte de seu corpo fez surgir uma planta que o recordasse. Outro esquema mítico é o de uma estrela que se fez mulher para unir-se a um homem que a desejava; e de sua união nasceram as plantas comestíveis.²

São freqüentes, em povos primitivos, ritos orgiásticos por ocasião da época de semear ou de colher: como se a fecundidade humana fosse símbolo e sinal eficaz da fecundidade da terra; ou como se houvesse uma simpatia ou convivência das forças da vida em plano humano e em nível natural.

Em relação aos animais, a intimidade ainda é maior: como se ele fosse 'o próximo' entre os seres vivos. Uma certa camaradagem, unida ao respeito e admiração, baseada numa observação muito atenta e minuciosa de sua maneira de viver: seus hábitos, habilidades, períodos; habitat, alimentação etc. Há animais sagrados, e há animais 'epônimos' do grupo, sua bandeira totêmica. É verdade que o homem mata animais para comer; porém somente para isso. Não se diverte matando animais pelo prazer da caça, para mostrar sua pontaria. E tudo, um conjunto de mitos, crenças, tabus o impedem de matar animais além dos que precisa para a sua alimentação e de sua família. Se o homem mata mais porcos do mato do que o necessário, os trovões ribombam, repreendendo. Eis um pecado que brada aos céus, para os índios; bem diferentes dos 'pecados que bradam aos céus' de nossos catecismos... Na Amazônia, há a crença no CURUPIRA que fiscaliza e castiga quando os homens causam estragos na Natureza. Conta um mito que ele chegou num acampamento quando todos estavam na caça; contou o número de barracas, e examinou a grande quantidade de carne moqueada; ficou indignado frente à desproporção. De noite voltou com seus companheiros, e destruiu cabanas e caçadores, como castigo de seus excessos.

2 Os mitos iranxe e pareci foram coligidos por Adalberto H. Pereira: os mitos iranxe foram publicados em PESQUISAS, revista do Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS, 1974. Dos mitos pareci só dispomos do texto preliminar, datilografado.

Lévi-Strauss³ chama a atenção para a moral dos mitos, tão contrária à nossa: pois nossa tendência é querer proteger o ser humano do mal que vem de fora (micróbios, miasmas etc. da Natureza), enquanto nos Mitos dos povos ameríndios, a preocupação é inversa: trata-se de proteger e isolar a Natureza dos desequilíbrios e maus eflúvios que se originam do homem, e podem pôr em risco a ordem cósmica. O organismo humano em fases especiais — menstruação, gravidez, doenças — é tido como um foco que pode envenenar o universo; e é preciso tomar toda a espécie de precauções para isolá-lo e não contaminar o mundo. É uma atitude de humildade e de respeito frente à Natureza, que achamos estranha, tão imbuídos estamos do 'etnocentrismo' de nossa orgulhosa espécie humana.

SOCIEDADE PRIMITIVA — SOCIEDADE ALTERNATIVA?

Creemos ter demonstrado que os povos chamados primitivos têm uma consciência ecológica apreciável; e que podem servir de modelo e de inspiração a nós, que procuramos reverter uma tendência destruidora que se apossou de nossa civilização e nos tornou inimigos não só da espécie humana, mas também de todos os seres vivos do planeta. Como era ingênua a atitude dos que queriam ensinar os índios a viver: Nossa sociedade não se caracteriza por ser Mestra da vida; diríamos antes que se revelou uma Mestra da morte, tamanhos massacres, genocídios, etnocídios, mortandades espalhou pela face da terra. Que o digam os povos colonizados, em especial os indígenas das Américas desde Cortez, Pizarro, Bandeirantes, até o massacre recente dos Cinta-Larga no paralelo 11. Temos a aprender com os outros povos e culturas, em matéria de humanidade.

Procuramos também mostrar a origem desse mau relacionamento com a Natureza: o trabalho que deveria ser o mediador de um rito cósmico que formasse o homem ao mesmo tempo que modelasse a Natureza, tornou-se um trabalho alienado, desumanizando o homem e desnaturando suas criações: destruindo e esvaziando o que deveria construir e levar à plenitude. Parece-me que uma reversão de nossa atitude para com a Natureza não poderia ser puramente superestrutural, assunto de convicções e de ideologia. Para ser eficaz e duradoura, deveria lançar raízes numa sociedade humanizada em suas relações estruturais; onde o trabalho não fosse alienado, onde reconquistasse sua plena significação criadora. Mas isso é outro assunto, mais para uma semana sociológica que para nossa semana ecológica. Porém, quem sabe? Talvez não seja tão distante assim a problemática social dos problemas que nos ocupam. Ao mesmo tempo, e com a mesma prioridade, deve-

3. *Origine des manières de Table*, capítulo final, (pp. 412 a 422).

ria ser buscado um relacionamento correto com a Natureza, e uma ordenação justa da sociedade.

O amor do próximo e o amor da Natureza se dão muito bem, e se reforçam mutuamente, como vemos no exemplo de São Francisco de Assis. A busca da Justiça e da Paz ganhará uma dimensão suplementar se lutarmos por uma melhor qualidade de vida e pela defesa da ecologia, que é a defesa da vida. Por isso a Campanha da Fraternidade este ano andou muito inspirada em propor este tema: a fraternidade humana só encontrará seu clima e sua plena realização numa confraternização cósmica, que abranja toda a biosfera, todo o planeta, todo o universo criado que entoa a glória de Deus, e convida o homem à plenitude da felicidade e do amor.

As vezes uns ideólogos apressados objetam contra as campanhas ecológicas, como se tratasse de uma alienação ou distração da grande urgência vital de dar à sociedade humana estruturas que não oprimam o homem, mas possibilitem sua realização. Em vez de tratar de dar de comer a quem tem fome, liberdade ou anistia a quem vive reprimido pelas diversas 'Seguranças', andamos pensando na beleza da paisagem, na liberdade para as borboletas e passarinhos. Sabemos que não é assim; que a poluição tem matado muita gente de doença e de fome; e que na verdade, no fenômeno social total, há não somente um *feed-back*, mas até mesmo uma mútua imanência de seus vários aspectos ou instâncias. Se somente um homem renovado, produzido por estruturas mais justas, em que seu trabalho não seja alienado, recobrará a plenitude de um relacionamento realmente humano com a Natureza, também é verdade que a luta pela preservação da Natureza redundará em benefício da ordem social, pela melhor qualidade de vida que proporciona. Além disso é altamente politizante: basta deflagrar seu processo para se enfrentarem as forças ocultas que conspiram contra o bem comum que pretendem servir: para se verem as convivências entre o poder e os interesses inimigos do gênero humano; para se sentir a falta de liberdade que tolhe os movimentos mais justos dos cidadãos, como quando lutam pela defesa de suas vidas. Onde há democracia e liberdade, os cidadãos têm conseguido memoráveis vitórias em defesa do meio ambiente. Nos regimes de força, a luta pela ecologia tem de passar pela luta pela liberdade política: ou tem de ir junto com ela; e a bandeira ecológica é de grande importância para conscientizar e politizar pessoas de boa vontade que se disponham a lutar pela causa da vida contra os poderes da repressão e da morte.

Nisso o homem primitivo é mais uma vez modelo de nossa nostalgia, ele que vivendo em harmonia com a Natureza, organizou sua sociedade de tal forma que a liberdade realmente existisse, excluindo as dominações que nos esmagam: a do autoritarismo e a da prepotência econômica.